A T A Resumida
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO ALTO TIETÊ

Aos cinco de outubro de 2006, às 14h, reuniram-se na Rua Boa Vista, nº 170, 2º. subsolo no Edifício Cidade I, Bloco A, Sé, na cidade de São Paulo, os representantes e convidados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício Circular 15/2006-Sec. Exec./CBH-AT.

O Sr. Junji Abe, Presidente do CBH-AT e Prefeito do Município de Mogi das Cruzes, cumprimentou a todos, dando as boas vindas.

Seguindo a pauta dos trabalhos a plenária do CBH-AT encaminhou e deliberou:

Aprovação da Ata da reunião anterior.

O Sr. Nelson Pedroso, representando segmento Sociedade Civil entidade Associação Global de Desenvolvimento Sustentável-AGDS, solicitou inversão de pauta tratando primeiro do item 5.5 sobre a questão da cobrança pelo uso da água referente a minuta 08/2006. **Aprovado.**

Sobre os informes da Secretaria Executiva o Sr. Márcio Corrêa Ribeiro, Secretário Executivo do Comitê, disse sobre o calendário das prioridades, "Para o segundo semestre a proposta era recompor as nossas Câmaras Técnicas que foram iniciadas em fevereiro de 2006. Nós temos o resto do mandato bastante curto mas é preciso com todos esses desafios que temos pela frente, que as Câmaras passem a funcionar com uma certa regularidade para apreciar os assuntos. Nesse momento já temos constituída Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, cujo coordenador é Delmar da Prefeitura de Guarulhos, Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, coordenador Nelson Linhares do DAEE de São Paulo, e ainda não tivemos quórum para instalar a Câmara e Técnica de Drenagem e esperamos que isso aconteça. Paralelamente a isso no âmbito da Câmara Técnica perpassou a discussão da cobrança... montou-se um grupo de cobrança pelo uso da água (...) foi feita uma série de discussão que está consubstanciada nessa proposta e que está sendo apresentada para os senhores e membros do Comitê, ou seja, a sinalização que o Comitê do Alto Tietê quer cobrar, está se comprometendo no âmbito do grupo a tomar determinadas medidas com ajuda de alguns técnicos e da Agência da Bacia para essa cobrança ser estabelecida com condições técnicas, discutidas amplamente com a sociedade no mais breve tempo possível. O que foi acordado na reunião está consubstanciada nessa proposta de deliberação de hoje, a deliberação 07, a deliberação sobre a cobrança faz referência aos estudos técnicos de apoio a implementação da cobrança para o qual nosso Comitê antevendo essa discussão no segundo semestre reservou recursos do FEHIDRO oriundos exercício de 2006 para contratação específica desse estudo e no sentido de tornar mais ágil essa contratação a deliberação 07 propõe alteração do tomador para execução direta, no caso aqui para a Fundação Centro Tecnológica de Hidráulica-FCTH, que tem experiência nesse assunto já que realizou estudos para a cobrança para as outras entidades inclusive a própria ANA."

O Sr. Arraes, representando a Sociedade Civil entidade Mogilar propôs para a deliberação 07/06 que alterava o tomador dos estudos técnico da cobrança, sendo a FCTH que se reportasse ao grupo de cobrança na Câmara Técnica de Planejamento.

O Sr. Nélson solicitou quanto a mudança de tomador, "não só o tomador, mas o Agente Técnico do tomador viabilizassem uma velocidade maior no mais posterior do TR, suas respectivas planilhas para liberação junto ao agente financeiro o mais rápido possível, para alcançar o que nós propomos aqui da implementação da cobrança para podermos fazer a cobrança do uso da água mais rapidamente possível com responsabilidade e seriedade." Propôs que o prazo fosse revisto para ser no mês de janeiro de 2007 para encaminhamento ao plenário do Comitê pela Câmara de Planejamento e Gestão, o cronograma final de trabalhos, para início da cobrança na respectiva unidade de gerenciamento de recursos hídricos, a ser proposto pelo GT cobrança.

O Senhor Presidente solicitou as palavras do Dr. José Machado Presidente da Agência Nacional de Águas-ANA, presente na plenária. Que entre outras palavras destacou a importância do Estado de São Paulo e CBH-AT para a política nacional de recursos hídricos, servindo inclusive de referência para o restante do país. " O que as senhoras e senhores deliberarem, fizerem em prol desse processo, isso tem e terá repercussão nacional. Portanto a ANA não pode se omitir desse processo, não pode se afastar e nem deixar de trazer sua cooperação, sua solidariedade no variados níveis em que se for possível. (...) A cobrança além de ser um indutor do uso racional, indutor de práticas adequadas d'água sem dúvida significa um piso, uma grande possibilidade de recursos e nesta região significativos, que vão ser decisivos para que este Comitê dê um salto de qualidade que ele está procurando dar, fazendo a alavancagem que é necessário dar. De modo que encerro minhas palavras mais uma vez agradecendo as oportunidades me colocando à disposição, da Agência Nacional de Águas para qualquer cooperação que se colocar como necessária nesse momento histórico da bacia do alto Tietê."

Concedida a palavra também ao Vereador eleito Ricardo Montoro, entre outras palavras disse que estava presente para "...reforçar meu compromisso com essa área como uma questão dinâmica com os Comitês de Bacia do Estado, que são

22, sendo que já estou estudando bastante e gostaria da colaboração dos senhores, eu quero atuar muito nessa área específica dos Comitês de Bacias e quero integrar totalmente com o grupo técnico da cobrança, me parece oportuno, eu quero ser um braço na assembléia legislativa, para tentar dinamizar, apressar, para que se possa efetivamente acontecer no ano de 2007."

A plenária voltou a debater as deliberações 07 e 08/2006 e o Sr. Rui Brasil, representando segmento do Governo do Estado de São Paulo-COFEHIDRO, disse "evidente que vamos detalhar juntos esse TR, e esse valor alocado foi um pré dimensionamento, pode ser que quando a gente for detalhar o que a gente queira fazer talvez não caiba dentro, pode até sobrar, mas talvez não caiba, então oportunamente talvez o Comitê pudesse dar uma indicação, não sei se o Secretário tem alguma informação a respeito, de eventuais sobras que o Comitê possa ter de recursos que pudesse ficar à disposição para eventual complementação." O Sr. João de Deus representando o segmento Sociedade Civil solicitou votação para a deliberação 07/06 pois parecia haver o consenso.

Aprovada a deliberação 07/2006 de 05/10/2006.

Após amplos debates acerca da deliberação 08/2006 de acordo com a proposta encaminha à mesa pelo Sr. Nélson, com duas modificações no texto original, a primeira quanto à data: "Fica estabelecida como metas o calendário inicial, enviado em anexo", que poderão ser revistas se necessário no mês de janeiro de 2007 para encaminhamento ao plenário do CBHT pela Câmara técnica de planejamento e gestão do cronograma final de trabalhos para o início da cobrança, a ser proposto pelo GT cobrança." E a segunda pela alteração do acréscimo do artigo sexto, com a seguinte redação: "Visando a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de corpos d'água do domínio do estado do Comitê de bacia do alto Tietê essa deliberação deverá ser encaminhada ao CRH, que reunir-se-á em novembro de 2006 para análise e manifestação até o dia 10/10/2006."

Atento às manifestações do plenário o Presidente colocou em votação a deliberação 08/2006 excluindo dois artigos, o terceiro e o sexto. **Aprovada a deliberação**.

Após as defesas de encaminhamento, ouvida a plenária, houve consenso quanto ao artigo sexto, com a redação, "Visando a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e corpos d'água de domínio do estado de São Paulo no CBHT, essa deliberação deverá ser encaminhada ao conselho estadual de recursos hídricos para conhecimento dos dirigentes do DAEE, Cetesb e dos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos." **Aprovado artigo sexto da deliberação 08/2006.**

Enquanto "No artigo terceiro estabelecido para o mês de maio e a proposta para janeiro houve uma proposta intermediária para o mês de março.", encaminhou o Senhor Presidente. Ao final dos debates o plenário concordou com o mês de março de 2007 e o Sr. Rui Brasil propôs a redação, "Fica estabelecida como meta o mês de março de 2007 para encaminhamento ao plenário do CBHT, pela Câmara Técnica de Planejamento e Gestão o cronograma final de trabalho para início da cobrança da UGRHI 6 a ser proposto pelo GT cobrança." **Aprovado artigo terceiro da deliberação 08/2006.**

Debates e encaminhamentos quanto ao Item 5.1, referendo número 01/06, manifestação da Agência da Bacia sobre o empreendimento do Rodoanel.

O Sr. Bonfílio Alves, representando o segmento Sociedade Civil, entidade IPEH, defendeu, "Desde 2003 que o Comitê vem debatendo este tema (...) o Comitê acabou perdendo a oportunidade de intervir junto ao CONSEMA e ter expedido uma deliberação desse plenário encaminhada ao CONSEMA as condicionantes para que essa obra pudesse causar o menor impacto nas áreas de mananciais. Como podemos remediar isso? Qual é o status desse empreendimento hoje? Ele obteve licença prévia mais a sua licença de instalação ainda não foi concedida totalmente. Ela foi concedida parcialmente. (...) já tenha passado a oportunidade de se fazer alguma intervenção, ela ainda não está perdida, tendo em vista que tanto a Secretaria do Meio Ambiente que tem representação nesse plenário e também a obra, está vinculada a alguns aspectos de pareceres do IBAMA. De modo que ainda há oportunidade para que algumas condicionantes venham a ser observadas.(...) Minha proposta é que essa matéria seja encaminhada em caráter de urgência e para a Câmara Técnica de Planejamento, para que possamos nos debruçar sobre todos os anais que foram realizados na Fundação Agência da Bacia e trazer também todo debate que foi realizado lá no CONSEMA para que possamos ainda que de maneira extemporânea cumprir nossa responsabilidade, cumprir nosso papel, que é indicar ao empreendedor dado que é sobre uma obra de grande prazo, prevê-se quatro anos para ser entregue, algumas medidas que ainda possam ser consideradas (...) particularmente em solos moles que é onde precisamos considerar que há recarga de aquífero, recarga de lençóis e que podem prejudicar com a obra realizada sem cuidado, sem uma vigilância mais cuidadosa." A Sra. Lúcia Ribeiro representando o segmento Governo do Estado de São Paulo-SMA, disse " ... Iniciamos esse licenciamento há cinco anos e foi objeto de um número imenso de embates, judiciais inclusive, nós tivemos pela primeira vez uma sentença judicial definindo um licenciamento compartilhado entre a União e o Estado(...) tivemos 13 audiências públicas, uma apresentação do Secretário Estadual do Meio Ambiente, o professor Goldemberg no CONSEMA, (...)Quando falamos em compensação, estamos falando na obrigatoriedade, a lei definiu um sistema nacional de Unidades de Conservação para todo empreendedor que empreenda algo que seja de significativo impacto ambiental, e que deva dar no mínimo 0,5% do valor da obra como compensação ambiental. (...) No caso do Rodoanel a compensação ambiental foi de 0,5% ela requerendo 1,92%, o que é um valor muito acima daquele valor que normalmente é exigido pelos empreendedores de licenciamento. (...) Com relação a segunda parte, que são as ações

mitigadoras, do ponto de vista conceitual quando você vai fazer uma licença além da compensação que é o pagamento pelo impacto produzido, o empreendedor é obrigado a fazer todas aquelas ações que sejam necessárias para mitigar, ou seja diminuir os impactos, também com relação as ações mitigadoras a licença prévia, e a maioria dos senhores tem conhecimento dos termos em que foi emitida essa licença prévia, tem um número significativo de ações, são mitigadoras, para diminuir os impactos que certamente existirão, já emitimos quatro licenças de instalação porque a obra foi licitada em partes, então para cada bloco ou raio, ou parte da obra, deverá ser emitida uma licença, então todas aquelas partes do Rodoanel que deveria ser iniciada já tem licença de instalação. Me parece que hoje o que estamos trazendo aqui é um *ad referendum*, eu quero que fique consignado aqui que a Secretaria do Meio Ambiente da mesma maneira que o professor Goldemberg foi à Brasília para dar os seus esclarecimentos aos membros do CONAMA, se necessário poderá em qualquer ocasião vir aqui conversar com os membros desse Comitê e dizer que eu acho que a Agência da Bacia, se ela se dispor, e acho que sem dúvida nenhuma seria importante que o ad referendum fosse acatado por esse Comitê, porque é uma obra que certamente trará benefícios para São Paulo."

O Sr. Delmar, representando o segmento Município pela P.M. de Guarulhos disse "...nunca houve unanimidade e a questão que foi mais criticada e gerou mais preocupação foi com relação a possibilidade do Rodoanel estimular a expansão da mancha urbana e essa é uma questão central que enfrentamos na gestão dos recursos hídricos. Todos sabemos, a região metropolitana vem sofrendo uma expansão crescente nos últimos anos, (...) com base nos elementos de que dispomos a obra como está projetada depois de pronta não terá efeito direto importante na ocupação das áreas lindeiras uma vez que sendo uma rodovia fechada com poucos acessos tem pouca acessibilidade ao transporte coletivo. O que foi debatido á que se constroem faixas lindeiras ao Rodoanel que servem para estimular a expansão urbana. Nessa proposta a que o colega se referiu, é que fosse implantada uma faixa lindeira de proteção e preservação, que fosse importante, justamente para impedir, que funcionasse como uma barreira para expansão urbana, e aqui nada disso evidentemente está contemplado, eu até achava que essa proposta devesse ser contemplada com uma medida compensatória."

E o Sr. Rui Brasil disse, "Acho que estamos em uma discussão em que quase todo mundo tem razão na medida em que o Comitê não conseguiu mergulhar na questão, acabou saindo para uma análise um tanto quanto superficial. Mas queria fazer aqui uma proposta, de olharmos para frente, isso aqui é passado, e acho que nós aqui agora tentarmos procurar um fato em cima de algo que já ocorreu, nós vamos estar certa forma não contribuir em nada porque não vai alterar o que já ocorreu. (...) avaliação que eu faço das avaliações é de uma certa, assim, sensação de que não exercemos adequadamente nosso papel. E ainda poderemos fazê-lo nas etapas futuras. Então não adianta, eu acho que querer achar um problema com o passado, queria que a gente olhasse para frente e se essa deliberação não aprovarmos criamos um fato sim, agora, se aprovarmos não vão alterar nada. Então minha proposta é no sentido de que se encaminhe o assunto para CTPG para apoiar as etapas daqui para frente." O Sr. Bonfílio propôs, "Acho que temos que buscar o caminho, o caminho do meio, e o caminho do meio vai mais ou menos na linha do que o Rui colocou e para isso precisaremos acrescentar um dispositivo aqui na deliberação, essa metodologia estamos traçando para apontar esse caminho do meio. Então apresentaremos aqui, parágrafo I do artigo 1º. que fica criado junto à CT um grupo para acompanhamento da implantação do empreendimento com vistas a apresentação de estudos e de recomendações, que exatamente nos coloca na condição de interferir, que é papel desse Comitê e de a qualquer momento interferir em empreendimentos que estejam causando danos, degradação aos recursos hídricos. Ele se omite nesse aspecto de recursos hídricos não traz uma série de informações que necessitaríamos para poder tomar alguma decisão e que esse grupo exija da Secretaria do Verde e até da Secretaria de Recursos Hídricos, talvez até com recursos do FEHIDRO se faça alguns estudos que nos garanta, que nos dê essa permissão. Então o encaminhamento é para que se aprove, mas com essa ressalva, que fica criado junto a CTPG um grupo de trabalho de acompanhamento com acesso a todas as informações necessárias para poder intervir no curso dessa obra indicando e recomendando as medidas mitigatórias ou se for o caso, compensatórias..." e também ponderou sobre a necessidade de haver um tempo maior para a redação de alguns artigos. Como também não havia quórum, encaminharam o tema para CTPG e que deveria voltar ao plenário, **retirando assim a matéria da pauta. O mesmo ocorrendo com as deliberações 04 e 05/06.** Disse o Secretário, "Vamos apreciar essas matérias, já entram na pauta da próxima reunião com as ponderação feitas já pelo Bonfílio que eu como coordenador da CTPG coloco na pauta da próxima reunião da CT-PG, discussão e encaminhamento para implantação do Rodoanel trecho Sul."

O Senhor Márcio Corrêa Ribeiro, Secretário Executivo do CBH-AT, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

A presente Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião. A Ata completa contém a íntegra desta reunião extraordinária.

PRESIDENTE VICE-PRESIDENTE SECRETÁRIO EXECUTIVO